

POLÍTICA

Um dia tenso, que fez Ulysses reagir.

Os tumultos no Congresso, para a votação da Constituinte, começaram na sessão da tarde, mas desde muito cedo as lideranças do PMDB, PFL e PDS foram forçadas a intensas movimentações, diante das posições conflitantes de todas as bancadas do Congresso.



No plenário, a agitação...



...que isolou o líder do PMDB.

O líder cedeu. Mas o acordo continuou difícil.

A visão de um terço do plenário vazio, pouco antes de iniciar-se a votação do substitutivo de Walmor Giavarina, deixou a liderança do PMDB e do PFL quase em pânico. O deputado Ayrton Sares (PMDB-SP) acha que o líder Pimenta da Veiga deveria fazer maiores concessões aos dissidentes, ao menos para assegurar a presença dos deputados em plenário.

CONSTITUINTE

assaub

As 9h da manhã, o presidente José Sarney recebeu no Palácio do Planalto os líderes do PMDB e do PFL, que integram o Conselho Político do governo, e lhes pediu que efetuassem todos os esforços para a aprovação do projeto da Constituinte na forma do substitutivo do deputado Walmor Giavarina.

O líder peemedebista Pimenta da Veiga garantiu ao presidente da República, àquela altura, que o projeto seria aprovado "após uma sessão de longos debates".

As 10h os líderes deixaram o Palácio do Planalto e a pé se dirigiram para o Congresso, onde a sessão foi aberta às 10h30, com debates desinteressantes. As 12h40, a Mesa suspendeu a sessão para poder ordenar os 43 requerimentos de destaque na votação que receberá até então.

Ataques

Ao reabrir a sessão, às 14h20, o presidente do Congresso, senador José Fragelli (PMDB-MS) enfrentou suas primeiras dificuldades, com as contundentes e sucessivas questões de ordem levantadas pelo deputado José Genoíno (PT-SP). Não faltou nem mesmo um pedido de verificação de quórum, apesar de ser visível sua existência. Estavam presentes 401 deputados e 55 senadores, número que assim mesmo deixou preocupado o líder Carlos Chiarelli, do PFL.

— É, a presença está apertada — comentou, preocupado com a ausência de 78 deputados e 14 senadores.

Em nova questão de ordem, José Genoíno trouxe nova dificuldade a Fragelli, perguntando em que edição do "Diário do Congresso Nacional" havia sido publicado previamente o parecer do deputado Walmor Giavarina, autor do substitutivo aceito pela comissão mista que analisou o projeto do governo. Genoíno levantou ainda outro problema: o parecer não havia sido publicado em "avulso", um pequeno impresso normalmente distribuído aos parlamentares durante o processo e votação de projetos.

A sessão foi então novamente suspensa por 30 minutos, para que Fragelli pudesse "fazer um amplo exame em torno do problema levantado". Reaberta a sessão às 15h40, o presidente do Congresso explicou que o parecer estava no "Diário" do último sábado e que a comissão mista havia adotado uma decisão, oferecendo ao plenário o substitutivo Giavarina. Para Fragelli, o assunto se esgotou no âmbito da comissão mista e adiantou que as reclamações do deputado deveriam ter sido apresentadas naquela ocasião. "A matéria está preciosa", anunciou.

A partir desse anúncio de Fragelli, formou-se um início de tumulto em plenário, só serenado quando o presidente do Congresso, agindo com mais rigor, contestou a afirmação do deputado Gerson Peres (PDS-PA), para quem o direito dos parlamentares estava sendo cerceado.

Diante da insistência do deputado malufista, que queria saber como votar as emendas ao projeto original sem o parecer do relator a cada uma delas, Fragelli observou que a matéria em exame era do pleno conhecimento de todos os parlamentares.

Foi necessária uma intervenção do líder governista Pimenta da Veiga, que reclamou de Fragelli "mais autoridade para evitar as manobras obstrucionistas". Com muita dificuldade, o presidente do Congresso superou as intervenções inflamadas do plenário, elevando a voz e encaminhando o recurso de Gerson Peres à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, que o analisará oportunamente.

Para impedir que os protestos prosseguissem, Fragelli deu a palavra ao primeiro-secretário da Mesa, senador Enéas Faria (PMDB-PR), que leu o texto de requerimento do líder Pimenta da Veiga, pedindo preferência para a votação do substitutivo Walmor Giavarina, que foi aprovado pelo voto simbólico das lideranças. Votaram contra: o PT, o PDT e o PSB. O secretário leu ainda outros requerimentos, todos de preferência para algum destaque, após o que se seguiram os pronunciamentos dos líderes partidários no encaminhamento da votação.

Coragem

Quando começou a sessão da tarde, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Câmara, preocupado, sentou-se na primeira fila, ao lado do líder Pimenta da Veiga, para acompanhar a sessão. Durante a discussão, Ulysses demonstrou irritação com as manobras obstrucionistas de representantes do PT e de malufistas do PDS.

Ulysses também não gostou do volume de críticas à proposta de convocação da Constituinte e, à certa altura, não resistindo, pediu que o vice-líder peemedebista Arthur Virgílio Neto (AM) ocupasse a tribuna: "Fale a favor da emenda, é preciso".

A falta de entusiasmo do PMDB e do PFL na defesa da emenda Sarney foi também registrada pelo senador Marcondes Gadelha (PB), vice-líder do PFL. Depois de ocupar a tribuna, o senador paraibano desabafou com jornalistas: "Tem muita gente aqui sem coragem para defender a emenda do governo".

No PMDB foram muitos os deputados a criticar a liderança de Pimenta da Veiga — Miguel Arraes e Cristina Tavares (PE), Márcio Santilli (SP), Manuel Costa Júnior

À 1h08 de hoje o senador José Fragelli anunciou a aprovação do substitutivo do PMDB ao projeto de convocação da Constituinte, com 349 votos a favor na Câmara e 50 no Senado. Em seguida, o Congresso passou a votar o mérito de quase uma dezena de destaques, previamente selecionados pelo plenário, tratando da anistia a militares, da desincompatibilização para ocupantes de cargos do Executivo que quiserem candidatar-se em 86, e do funcionamento da Constituinte.

Se os parlamentares ainda tivessem fôlego, em seguida seria iniciada a sessão para votação em segundo turno do substitutivo — quando só então ele será considerado definitivamente aprovado. O mais provável, segundo previsões feitas às duas horas da madrugada, era que a segunda votação ficasse para hoje.

O dia foi exaustivo para os parlamentares, principalmente na votação dos 43 requerimentos de votação posterior dos destaques, que começou às 18h30 e só terminou à meia-noite. Algumas votações de requerimentos demoravam mais de hora.

As 22h30, foi aprovado o requerimento para ser votada em destaque a emenda que concede anistia ampla, sem reintegração na ativa, aos civis e militares não beneficiados pela anistia de 1979. O requerimento recebeu o voto favorável de 358 deputados e 38 senadores.

O líder do PMDB, Pimenta da Veiga, por dever do cargo, votou contra, mas abriu a questão para permitir que os deputados de seu partido, incluindo o presidente Ulysses Guimarães, votassem a favor do requerimento. Em solidariedade ao líder — que tinha sido atacado durante todo o dia, até mes-

mo por peemedebistas — Ulysses iria votar contra. Diante da abertura da questão, o presidente do PMDB, com lágrimas nos olhos, votou a favor do requerimento, no que foi acompanhado por quase todos o deputados do partido. Antes de dar seu voto, Ulys-

ses ainda consultou o líder do PDS, Prisco Viana, para saber se ele havia liberado sua bancada. "O nosso acordo é para votar não, mas, se o PDS for liberado, o Pimenta da Veiga também vai liberar o PMDB." Prisco Viana confirmou que todos os pedessistas haviam sido liberados. Um grupo de malufistas, a certa altura, sai em bloco do plenário, aparentando um movimento organizado. Cunha Bueno (PDS-SP) convidava outros a acompanhá-los, mas sem êxito.

As galerias, como aconteceu durante todo o tempo, permaneceram quase vazias. Menos de uma centena de pessoas ocupavam as quase mil poltronas, em sua maioria participantes do movimento dos militares pela anistia. Foi uma galeria comportada, que quase não deu trabalho à Mesa diretora da sessão.

se ainda consultou o líder do PDS, Prisco Viana, para saber se ele havia liberado sua bancada. "O nosso acordo é para votar não, mas, se o PDS for liberado, o Pimenta da Veiga também vai liberar o PMDB."

Prisco Viana confirmou que todos os pedessistas haviam sido liberados. Um grupo de malufistas, a certa altura, sai em bloco do plenário, aparentando um movimento organizado. Cunha Bueno (PDS-SP) convidava outros a acompanhá-los, mas sem êxito.

As galerias, como aconteceu durante todo o tempo, permaneceram quase vazias. Menos de uma centena de pessoas ocupavam as quase mil poltronas, em sua maioria participantes do movimento dos militares pela anistia. Foi uma galeria comportada, que quase não deu trabalho à Mesa diretora da sessão.

A difícil aprovação: uma luta contra destaques e obstruções.

(MG), Fernando Cunha (GO), entre outros. O secretário do PMDB, Roberto Cardoso Alves (SP), quase sempre em oposição ao líder, justificou as dificuldades de Pimenta da Veiga, acentuando que "o assunto é muito complexo, envolvendo uma série de questões político-institucionais".

Miguel Arraes disse que no Congresso, "de Paulo Maluf a Chico Pinto, todos são a favor da Constituinte", acrescentando:

— As dificuldades surgiram por causa da liderança. Parlamentares da Aliança Democrática disseram ironicamente

que Ulysses Guimarães, pelo seu comportamento de ontem, no plenário, passou a acumular mais uma posição — a de líder do governo — juntamente com a de presidente do PMDB, presidente da Câmara e vice-presidente da República.

O deputado Wilmar Pallis (sem partido) aproveitou o clima de confusão para começar a colher as assinaturas para uma emenda que pretende apresentar convocando eleições de presidente e vice-presidente da República para 15 de novembro de 1986. Ontem mesmo conseguiu 140 das 160 assinaturas necessárias na Câmara. Quando

completá-las, precisará conseguir o apoio de 23 senadores.

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do governo no Congresso, parecia um pouco deslocado nos debates em plenário. E confirmou essa impressão:

— De fora, como estou, vejo tudo um tanto quanto confuso... Ele explicou que se não tivesse comparecido à votação, seria muito criticado e isso "daria um prato cheio" ao candidato do PTB-PFL.

As 18h30, finalmente, o senador José Fragelli conseguiu dar início à primeira votação. Pela ordem, seria votada a recepção ou

não de cada um dos 43 pedidos de destaque, para votar em separado algumas emendas ao projeto original. Em seguida, entraria em votação, para ser aprovado ou rejeitado, o substitutivo de Walmor Giavarina. E, finalmente, seria votada, para aprovação ou rejeição, cada um dos destaques anteriormente aceitos. Nessa hora, a Mesa entrou em pânico: constatou-se que o sistema eletrônico de votação estava com defeito e que, para cada votação, teria de ser chamado cada um dos parlamentares. As 22h30 só tinham sido votados dez requerimentos de destaque.

As manifestações: mensagens e até greve de fome.

Diferentes grupos de pressão, políticos e religiosos dirigiam-se ontem ao Congresso na esperança de influenciar os parlamentares para a aprovação de substitutivos à emenda do governo de convocação da Assembleia Constituinte. Os 122 praças não anistiados em 1979 e as 22 mulheres de punidos pelo movimento de 64 que se encontram em greve de fome permaneceram no Salão Verde da Câmara até os 30 minutos de ontem, quando a deputada Bete Mendes (PMDB) telefonou a Ulysses Guimarães solicitando autorização para que o grupo passasse a noite no recinto. O deputado alegou impedimento regimental e não concedeu autorização, embora concordasse que os militares dormissem nos dois ônibus estacionados no pátio da Câmara. As mulheres passaram a noite na casa de amigos e familiares.

Até as 17 horas, quando a votação da matéria começou a ser enca-



Mulheres em greve de fome



E os praças sem esperança

minhada, um dos coordenadores da União dos Militares Não Anistiados, Joelson Rocha, demonstrava descrença em relação ao atendimento de suas reivindicações, especialmente a de reintegração nas Forças Armadas. De São Paulo, o Instituto de Engenharia enviou aos presidentes do Senado, José Fragelli, e da Câmara, Ulysses Guimarães, mensagem pela convocação autônoma da Constituinte, conde-

nando a sua transformação numa simples extensão do Congresso. Em um de seus trechos, a mensagem diz "confiar que os membros do Congresso votem com espírito público".

Uma postura semelhante foi também adotada pelo bispo-auxiliar de Porto Alegre, representante regional da CNBB, Dom José Márcio Stroehner, salientando o "descompasso verificado entre os polí-

ticos e o governo e as aspirações populares".

O religioso lamentou que os políticos não tenham optado pela Constituinte exclusiva, "atendendo assim à grande reivindicação do povo brasileiro". O governador gaúcho, Jair Soares, também se posicionou favorável à Constituinte, exclusiva que, na sua opinião, "precisa estar comprometida com a Nação e não com os partidos políticos e interesses pessoais".

Em Belo Horizonte, o governador Hélio Garcia repudiou a proposta de ampliação dos prazos de desincompatibilização, classificando-o como "um grande casuísmo", apesar de ter sido apresentada por um deputado de seu partido, o mineiro Manoel Costa. Segundo Hélio Garcia, a proposta visa "banir políticos da vida pública e interromper carreiras", e, se aprovada, vai promover a "volta dos tecnocratas ao governo".

O representante do PDS mineiro, defendendo as mudanças no texto do substitutivo Giavarina, afirmou que o PMDB "quer uma Assembleia Constituinte esvaziada, com a Câmara e o Senado funcionando ao lado dela, sufocando as suas atividades".

Suprimida a expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", a Assembleia Constituinte não teria a concorrência da Câmara, do Senado e do Congresso Nacional. Na prática, estaria assegurada, garante Bonifácio de Andrada, "uma Constituinte com poderes totais e funcionando sozinha, como sempre ocorreu no Brasil e em qualquer parte do mundo".

Além de problemas com o texto da anistia a civis e militares, os líderes da Aliança Democrática enfrentavam ontem resistências sobre a questão da desincompatibilização. Setores de quase todos os partidos estavam sendo pressionados a não aceitar a proposta do substitutivo oficial, de nove meses a autoridades sem mandato legislativo e de seis meses às com mandatos legislativos.

"Por que não prazo igual para todos?" — Reclamava o deputado baiano Ângelo Magalhães (PDS), irmão do ministro das Comunicações.

Mesmo assim, o ex-malufista Haroldo Sanford, em trânsito para o PMDB cearense, preparava pedido de destaque, para fixar o prazo de 12 meses de desincompatibilização. "Não passa" — garantiu Ângelo Magalhães.

O deputado Albérico Cordeiro (sem partido-AL) pretendia excluir do prazo de nove meses os ministros sem mandato, para atingir apenas os secretários de Estado e dirigentes de empresas públicas. "Os ministros teriam o prazo de seis meses. Assim poderíamos encontrar apoio para aprovação" — justificou-se Cordeiro. O mais antigo parlamentar brasileiro em atividade, Manuel Novais (PDS-BA), dizia concordar com prazo maior aos secretários, mas não aos ministros. "São os secretários que vão lutar contra nós" — observou.

Enquanto isso, o ex-líder do PDS, na Câmara, Nelson Marchezan, anunciava seu voto contrário à emenda do governo caso não fosse dada preferência a uma emenda convocando a Constituinte Exclusiva. Segundo ele, "o governo deve admitir que está fazendo apenas uma revisão constitucional e não convocando uma Constituinte. Se os 23 senadores eleitos em 82, portanto sem delegação para serem constituintes, podem integrar a futura Assembleia, por que o resto do Congresso não pode desempenhar a mesma função?".

Diante da ameaça de rejeição, o ministro José Hugo Castelo Branco, do Gabinete Civil, estava aflito.

A rejeição do projeto de convocação da Constituinte do presidente José Sarney não tem sentido, não tem explicação, porque provocará uma grande frustração popular e ninguém terá condições de explicar a rejeição de uma proposta que foi uma das principais bandeiras da Aliança Democrática.